

MULTIFUNCIONALIDADES DO ESPAÇO RURAL E AS PERSPECTIVAS DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Claudilson Souza dos Santos¹
Anna Christina Freire Barbosa²
Edonilce da Rocha Barros³
Jairton Fraga Araújo⁴
Lúcia Marisy Ribeiro de Oliveira⁵

Desenvolvimento Urbano e Rural (Mobilidade Urbana e Turismo)

Resumo

Comumente, o rural tem sido relacionado à produção agrícola, à pobreza e a um processo cultural inferior ao urbano, numa aversão ao espaço urbano e sendo desconsiderado, em suas multifuncionalidades. Todavia, o conceito de rural tem encontrado outras perspectivas e oportunidades de interpretação e de uso, lançando novos olhares para a produção de conhecimento; para o meio ambiente; e para a qualidade de vida. Este trabalho objetiva identificar a multifuncionalidade do espaço rural enquanto possibilidade de promoção do desenvolvimento local. Os estudos partem de uma revisão bibliográfica, de abordagem qualitativa, tomando por base, produções dos últimos cinco anos, em busca nas diversas bases de dados, por meio de palavras-chave, cujos dados foram analisados a partir dos conteúdos temáticos. O estudo demonstrou que o espaço rural tem uma multifuncionalidade que potencializa a promoção do desenvolvimento local, a partir da implementação de projetos relacionados às áreas da cultura, saúde e bem-estar, turismo, economia e educação, e as cadeias produtivas. Este estudo constatou ainda, que o capital social, os saberes e as experiências locais são basilares no processo de desenvolvimento local, sendo a educação, um instrumento de sistematização, articulação e socialização do conhecimento rumo às aprendizagens coletivas dos atores sociais e do seu entorno. Por fim, conclui que o rural, enquanto espaço de produção, possui uma multifuncionalidade e potencialidade com vistas ao desenvolvimento local, ancorando-se nos processos educativos.

Palavras-chave: Espaço rural; Multifuncionalidade; Desenvolvimento local.

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT/UNEB. E-mail: claudilsonsouza@hotmail.com

² Professora Dr^a do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT/UNEB. E-mail: acbarbosa@uneb.br

³ Professora Dr^a do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT/UNEB. E-mail: ebarros@uneb.br

⁴ Professor Dr. do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT/UNEB. E-mail: jafaraujo@uneb.br

⁵ Professora Dr^a do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT/UNEB. E-mail: lucia.oliveira@univasf.edu.br

INTRODUÇÃO

De modo geral, as discussões em torno do rural referem-se aos conhecimentos relacionados ao campo geográfico, econômico, sociológico, dentre outros, quase sempre vinculados à produção agrícola, numa dualidade campo-cidade. Logo, analisar os diversos conceitos em torno da ruralidade, torna-se oportuno para refletir sobre outras discussões, na tentativa de relacionar a multifuncionalidade desse espaço à promoção do seu desenvolvimento.

Desse modo, cabe considerar novos paradigmas quanto ao uso do espaço rural, vencendo a lógica puramente economicista da produção agrícola, lançando olhares para outras perspectivas que levem em conta tanto o espaço, quanto os atores sociais e suas relações.

Nesse propósito, o texto em questão localiza conceitualmente as ruralidades que envolvem este espaço, contribuindo dessa forma, com a interpretação de suas multifuncionalidades, o que favorece relacioná-la a outras áreas do conhecimento, enquanto possibilidade de desenvolvimento, extrapolando-se o viés simplesmente agrícola e econômico, visando identificar a multifuncionalidade do meio rural enquanto perspectiva de promoção do desenvolvimento local.

1.1 Conceito de espaço/território rural

Comumente, o meio rural está relacionado à produção agrícola e o seu desenvolvimento, ao viés econômico, de produção de riqueza. Todavia, este espaço é muito mais que isso pela sua multifuncionalidade.

O rural aqui é entendido enquanto território de múltiplos usos formado por lugares contíguos e em rede, habitado por diferentes atores que estabelecem relações sociais, com suas tensões e seus conflitos (SANTOS, 1993).

Considera-se também, as múltiplas interpretações sobre esse espaço, apresentadas por Miranda e Silva (2013), a partir dos organismos internacionais relacionados à temática: OCDE; CEPAL; RIMISP; BANCO MUNDIAL; FAO, ao conceituarem o rural, como

região geográfica a partir dos critérios tradicionais: densidade demográfica, tamanho, distância; critérios heterogêneos: áreas de inovação produtiva, fortalecimento da cooperação entre atores, inclusão social e sustentabilidade; ou ainda, considerando um *continuum* rural-urbano, com ênfase às atividades agrícolas, múltiplas interpretações que podem interferir nas diversas funções e possibilidades de desenvolvimento e de uso desse espaço.

Todavia, convém conceber, o espaço rural, constituído de redes de saberes-experiências, numa relação de verticalidade entre os atores envolvidos na dinâmica do desenvolvimento, considerando as potencialidades do território, seus elementos e seu capital social (COLEMAN, 1990). Dessa forma, com base em Saquet (2011, p. 15), “o território é resultado do processo de territorialização e das territorialidades vividas por cada grupo social em cada relação espaço-tempo”.

As múltiplas funcionalidades do meio rural têm relação estreita com o desenvolvimento local, considerando seus limites e potencialidades, saltando-se da perspectiva meramente agrícolas para diversas áreas, correlacionadas com outros desenhos de exploração desse espaço e com as identidades dos atores sociais.

Conforme Samborski (2016), a identidade rural pode ser classificada em duas categorias de perfil: a primeira, composta por uma elite do agronegócio, do lazer e da vivência; e a segunda, composta por sujeitos descapitalizados, agricultores familiares - não integrados à dinâmica do mercado - e a enorme população de pobres do campo que não possuem terra e nem trabalho e acabam migrando para as cidades.

Neste sentido, Wanderley (2000, p. 100) ressalta que existe um confronto discursivo sobre a ruralidade, centrado em algumas questões: “agricultura x outras atividades; eficiência econômica x preservação ambiental; espaço produtivo x espaço de lazer; produção x consumo etc.”.

Dito isso, a partir de análise apropriada do contexto, o rural pode ser tomado em uma multifuncionalidade quanto ao seu uso, para além do viés agrícola, a exemplo das potencialidades advindas da exploração da cadeia turística; da produção cultural, científica, tecnológica e educacional; da produção de energia renovável, dentre outras, percepções destacadas por Wanderley (2000), quanto ao uso do espaço rural: espaço de produção;

espaço de consumo e de qualidade de vida; e espaço de patrimônio e preservação ambiental, despertando para a capacidade “de atrair outras atividades econômicas e interesses sociais e de ressignificar suas funções sociais” (WANDERLEY, 2000, p. 97), como pode ser observado no Quadro 2.

Quadro 2 - Possíveis Setores de Empreendimento Rural

Produção	Qualidade de Vida	Meio Ambiente
Agricultura	Moradia	Agroecologia
Energia	Lazer	Extrativismo
Cultura	Turismo	Pesquisa e Conhecimento
Agroindústria	Saúde e Bem Estar	Educação

Fonte: Elaboração própria (2021).

Ao observar o Quadro 2, mesmo que de forma superficial, nota-se as potencialidades quanto ao uso do espaço rural, para além da visão agrícola. Para isso, é necessário um processo educativo capaz de despertar a consciência da população do espaço rural para tais perspectivas, de modo que esta possa visualizar outras possibilidades de convivência com o meio, harmonizando crescimento econômico, inclusão social e proteção ao meio ambiente.

Para tanto, a educação tem papel fundamental, principalmente para despertar na população rural que existem outras possibilidades de conviver nesse espaço, para além das atividades agrícolas, aproveitando do seu potencial multifuncional.

1.2 Educação e as perspectivas de desenvolvimento no espaço rural

De maneira comum, as pessoas esperam que o desenvolvimento local ocorra de forma exógena, mediante a instalação de uma grande empresa ou a partir das ações do governo, com uma ampla infraestrutura, benefícios diversos, emprego e renda para todos. Esta idealização é quase sempre vislumbrada, principalmente nas áreas mais pobres, onde as expectativas das pessoas, muitas vezes não as permitem ver outros horizontes, outras possibilidades de promoção do desenvolvimento do espaço rural onde vivem.

Dessa forma a transformação econômica e social precisa ser vista por outro prisma, vez que o desenvolvimento não se espera, e o governo quase sempre insuficiente, não dará

conta de tudo e de todos. Logo, há de se pensar em uma lógica na qual o cidadão possa tomar o seu destino em suas mãos, exercendo uma dinâmica social local que facilite o processo, gerando sinergia entre diversos esforços, numa compreensão de que o desenvolvimento é endógeno (DOWBOR, 2009).

Nesse sentido, é premente pensar em uma educação que desperte as pessoas para outras perspectivas de desenvolvimento, considerando a multiplicidade e potencialidade local, numa articulação multidisciplinar e de valorização do capital social existente (COLEMAN, 1990; MULS, 2008), tomando-o enquanto ação coletiva, resultado de um consenso entre as teorias econômicas e sociológicas, de caráter multidimensional e multiforme, o que ajuda a compreender as potencialidades do território rural

Para tal, a educação passa a ter forte relação, tanto na construção, quanto na disseminação do conhecimento, de modo que os atores sociais participem de um processo educativo amplo e multidisciplinar, voltado para a promoção do desenvolvimento local.

METODOLOGIA

A metodologia deste estudo parte de uma revisão da literatura, de abordagem qualitativa (GIL, 2002), cujas produções foram extraídas nas bases de dados Google Acadêmico, Scielo e Portal da CAPES, consultadas por meio das palavras-chave: ruralidades, educação agroecológica, e desenvolvimento local, a partir da inclusão de produções dos últimos cinco anos, escritas em língua portuguesa, com títulos relacionados às palavras-chave. Excluíram-se as produções que não atendessem ao objetivo deste estudo, procedendo-se à leitura dos títulos aderentes às referidas palavras-chaves.

Os artigos foram organizados em categorias, de modo a facilitar sua leitura na íntegra, localizando informações através de fichamento e em seguida, a análise das temáticas, como sugere Minayo (1994), técnica que subsidiou a produção dos dados dispostos neste texto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar as múltiplas funções do espaço rural é importante pensa-lo em suas

diversas dimensões, enquanto espaço de produção de conhecimentos, de desenvolvimento de tecnologias sociais, de bem-viver e de outras multifuncionalidades. É importante também compreendê-lo como território que valoriza e promove conhecimentos individuais e coletivos locais. O quadro 3 apresenta um resumo das potencialidades do espaço rural.

Quadro 3 - Potencialidades de Desenvolvimento no Espaço Rural

ÁREA	ATIVIDADES	ORGANIZAÇÃO
Cultura	Arte/Artesanato; Manifestações; Culinária/Gastronomia;	Individual e/ou coletiva
Saúde e Bem-estar	Lazer; Qualidade de vida; Meio ambiente;	Individual e/ou coletiva
Turismo	Ecoturismo; Turismo Rural; Turismo Religioso; Turismo Cultural; Turismo Científico;	Coletiva
Inovação e Economia	Economia Solidária; Economia Criativa; Feiras agroecológicas;	Coletiva
Educação	Currículo Específico; Práticas Socioambientais; Emancipação Humana;	Coletiva

Fonte: Elaboração própria (2021).

Analisando o Quadro 3, observa-se uma extensa cadeia de atividades possíveis de serem exploradas no espaço rural, as quais superam a centralidade eminentemente agrícola, o que requer um olhar mais específico, com vistas a identificar o potencial de cada uma delas, sempre vislumbrando a multifuncionalidade do espaço rural na perspectiva da promoção do desenvolvimento local.

3.1 Cultura e desenvolvimento local

O Brasil tem um potencial altíssimo para a promoção do desenvolvimento local, dinamizado por projetos fundamentados nos princípios éticos, no fortalecimento das identidades locais, na proteção e valorização do patrimônio cultural e ambiental dos territórios envolvidos, consolidados por ações cooperativas (BRASIL, 2011).

Nesse viés, vê-se a potencialidade de exploração do artesanato e das diversas

manifestações culturais enquanto arte, agregada de valor em sua produção individual e coletiva, o que requer a sua difusão, preferencialmente numa rede articulada entre produtores e consumidores. Neste ponto, é oportuno considerar, o artesanato enquanto “produção de bens de utilidade humana, expressada em sua capacidade criativa e produtiva como forma de trabalho” (CASTILHO *et al.*, 2017, p. 192), superando a visão de algo comum, desconsiderado como arte e de baixo valor econômico, passando então a reconhecê-lo como arte única, de extremo valor cultural e econômico.

Pensada dessa forma, a diversidade cultural, indica uma nova compreensão de desenvolvimento, o que o próprio documento do MinC (BRASIL, 2011), sinaliza como princípios: a diversidade cultural, a sustentabilidade, a inovação e a inclusão social, e por consequência, a geração de emprego e renda.

3.2 Saúde, Bem-estar e desenvolvimento local

O complexo processo de urbanização dos grandes centros tem impulsionado uma nova relação com o espaço rural, fruto da busca pela saúde e bem-estar, passando a ver o campo como lazer, meio ambiente e qualidade de vida, enquanto meios de enfrentamento às patologias decorrentes do contexto urbano. Para tanto, o movimento tem se dado da cidade para o campo, quer em forma de visita, curta estadia, ou mesmo residência, por um pequeno ou longo período, transformando-o no “novo rural”.

Diante desse movimento, retoma-se aqui, a perspectiva de desenvolvimento apresentada por Sen (2010), a qual supera os aspectos econômicos: crescimento do Produto Nacional Bruto e demais índices de renda, e relaciona-o ao bem-estar e à qualidade de vida, integrando diversos elementos que vão desde a cultura, a educação, ao conforto, entre outros aspectos vinculados à saúde, bem-estar e prazer.

3.3 Turismo e o desenvolvimento local

A atividade turística no espaço rural é uma outra possibilidade de proporcionar bem-estar físico e psicológico às pessoas que buscam desestressar-se do agito das cidades.

Destaca-se a importância da interação entre turistas e comunidade local, aspectos chave do turismo contemporâneo que caracteriza seu caráter sustentável (CARVALHO, 2018).

Nesse sentido, é possível identificar na cadeia turística, uma gama de oportunidades de exploração neste espaço, vez que o turismo rural oportuniza aos visitantes uma relação com o cotidiano do lugar, das pessoas e suas atividades agrícolas, e não-agrícolas, passeios e caminhadas ecológicas, visitas às propriedades rurais, o que contribui com a dinamização econômica, a valorização do patrimônio cultural e as múltiplas atividades do meio rural (CARVALHO, 2018), com inúmeras possibilidades de exploração a partir do ecoturismo, turismo rural, turismo científico, turismo gastronômico, dentre outros.

Como pontuam Souza e Klein (2019, p. 96), “os turistas que buscam o rural privilegiam os aspectos culturais, ecológicos, naturais e artesanais dos produtos e serviços que nesse contexto são percebidos como autênticos”, suscitando, portanto, uma ampla cadeia turística, possível de ser explorada nesse espaço.

3.4 Inovação, Economia Criativa e Desenvolvimento Local

Além dos aspectos pontuados até aqui, enquanto possibilidades de promoção do desenvolvimento do espaço rural, cabe destaque a comercialização da produção agroecológica e as feiras agroecológicas, as quais segundo Rodrigues *et al.* (2021), representam uma estratégia de conservação dos recursos naturais, com a produção de alimentos orgânicos que garantem a segurança alimentar e nutricional tanto do produtor, quanto do consumidor.

As feiras, ainda podem ser concebidas como sistemas locais de comercialização, com dinâmica peculiar de funcionamento, encurtando as cadeias de comercialização, “[...] as quais cumprem papéis importantes no abastecimento urbano e na manutenção de um espaço à viabilização da agricultura familiar regional” (RADÜNZ; OLIVEIRA RADÜNZ, 2017, p. 17).

Desse modo, a feira agroecológica pode se configurar enquanto alternativa à complementação da renda familiar, promoção de uma alimentação mais saudável, de melhoria da qualidade de vida, escoamento e comercialização dos produtos, espaço de

inovação e de economia criativa e cultural, contribuindo dessa forma, com o desenvolvimento local e a permanência das famílias no campo.

Nessa perspectiva, o local é capaz de oportunizar às pessoas espaços de engajamento e revelação de seus saberes, suas forças e suas experiências, colocando-as à serviço de processos econômicos inovadores, de forma endógena, considerando, como destaca Asato (2019), suas relações econômicas, afetivas, culturais, religiosas, etc., elementos singulares ao desenvolvimento, assentados nos princípios da economia criativa: diversidade cultural; sustentabilidade; inovação; e inclusão social (BRASIL, 2012).

3.5 Educação enquanto instrumento de desenvolvimento local

Ainda tratando do desenvolvimento local, a educação passa a ser observada enquanto instrumento da sua promoção, considerando o capital social enquanto construção coletiva (MULS, 2008), recurso que segundo Putnam (2006) possibilita ao agente engajar-se em uma ação social e coletiva, considerando as multifuncionalidades do território rural, o que requer atividades multidisciplinares, articuladas, sistematizadas e socializadas numa relação interligada aos diversos saberes, como parte do processo de ensino-aprendizagem, de maneira dialética (FREIRE, 1996), entre os sujeitos em seus múltiplos espaços.

Logo, é importante destacar a participação efetiva da educação no processo de desenvolvimento, de modo que esta contribua para despertar nos sujeitos, o desejo e a necessidade em busca do conhecimento e de aprendizagens, por vezes, capazes de resolver muitos dos seus problemas, intenção que coloca à educação, atuação ainda maior na articulação dos diversos saberes, na sua organização e difusão, numa relação de trocas circulares de aprendizagens individuais e coletivas.

Nesta perspectiva, ao tomar como exemplo, os desafios para a implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE a partir da aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar, é possível identificar a dificuldade de formalização, de associativismo/cooperativismo dos agricultores familiares (ARRUDA TEO; TRICHES, 2016), fatos que demonstram a demanda por um processo educativo neste propósito.

Finalmente, como destaca Piedade (2017, p. 40), os “[...] objetivos da educação se

circunscrevem na formação do homem criativo, inovador e com capacidade de fazer novas buscas para o seu crescimento e constante busca da autonomia”, defendida por Freire (1996), e evidenciada por Piedade (2017), ao relacionar a educação e ao desenvolvimento comunitário, linha que Gómez, Freitas e Callejas (2007), consideram como conceitos inseparáveis, cujo propósito é oportunizar às pessoas, meios para o acesso às melhores condições de vida, e portanto, ao seu desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, o espaço rural apresenta-se com inúmeras potencialidades de desenvolvimento, a partir da multifuncionalidade de seu uso, apresentando-se enquanto diversas possibilidades de produção de conhecimento, de tecnologia social, dentre outras produções, numa relação multidisciplinar articulada com os diversos saberes e possibilidades de implementação de atividades voltadas ao desenvolvimento local.

Enfim, cabe considerar que, qualquer perspectiva de multifuncionalidade do espaço rural, perpassa por processos educativos, que sejam capazes de alicerçar um desenvolvimento local com ações que visem acabar com a pobreza, proteger o planeta e assegurar que todas as pessoas tenham paz e prosperidade, como prevê os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

REFERÊNCIAS

ARRUDA TEO, Carla Rosane Paz; TRICHES, Rozane Marcia (Orgs.). **Alimentação Escola: construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento**. Chapecó – SC: Argos, 2016.

ASATO, Thiago Andrade *et al.*. Perspectivas da economia criativa e do desenvolvimento local no Corredor Bioceânico. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 20, n. especial, p. 193-210, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/inter/v20nspe/1518-7012-inter-20-spe-0193.pdf> Acesso em 24 abr. 2021.

BRASIL. Secretaria da Economia Criativa/ MinC. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014**. Brasília: Ministério da Cultura, 2011.

BRASIL. Secretaria da Economia Criativa/ MinC. **Relatório de economia criativa 2010: economia criativa uma, opção de desenvolvimento**. – Brasília: Secretaria da Economia

Criativa/Minc. São Paulo: Itaú Cultural, 2012.

CARVALHO, Karoliny Diniz. O turismo rural como alternativa para o desenvolvimento das comunidades de Itamatatua e Santa Maria em Alcântara, Maranhão (Brasil). **Revista de Turismo Contemporâneo – RTC**, Natal, v. 6, n. 1, p. 20-40, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/9769> Acesso em: 24 abr. 2021.

CASTILHO *et. al.*, Maria Augusta. Artesanato e saberes locais no contexto do desenvolvimento local. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 18, n. 3, p. 191-202, jul./set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/inter/v18n3/1518-7012-inter-18-03-0191.pdf> Acesso em: 24 abr. 2021.

COLEMAN, J.. **Foundations of Social Theory**. Cambridge University Press, Cambridge, MA, 1990.

DOWBOR, Ladislav. **Educação e Desenvolvimento Local**. In: MAFRA, Jason *et al.* (Orgs.). **Globalização, Educação e Movimentos Sociais: 40 anos da Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire: Editora Esfera, 2009. p. 22-36.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GÓMEZ, José António; FREITAS, Orlando Manuel; CALLEJAS, Germán Vargas. **Educação e desenvolvimento comunitário local: perspectivas pedagógicas e sociais da sustentabilidade**. Porto: Editora Profedições, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Vozes, 1994.

MIRANDA, Carlos; SILVA, Heithel (Orgs.). **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Série Desenvolvimento Rural Sustentável. v. 21. Brasília: IICA, 2013.

MULS, Leonardo Marco. Desenvolvimento Local, Espaço e Território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. **Revista Economia**. Brasília, v. 9, n. 1, p. 1-21, jan./abr. 2008. Disponível em: http://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n1p1_21.pdf Acesso em: 02 maio 2021.

PIEIDADE, Bonifácio da. A educação e o desenvolvimento comunitário como alavanca crucial para a coesão social. **Rev. Cienc. Educ.**, Americana, ano XIX, n. 39, p. 35-52, jul./dez. 2017. Disponível em:
<http://revista.unisal.br/ojs/index.php/educacao/article/view/641> Acesso em: 02 maio 2021.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Tradução Luiz Alberto Monjardim. - 5 ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RADÜNZ, André Luiz; RADÜNZ, Amanda Fabres Oliveira. Feira Agroecológica da ARPASUL, Pelos, RS: produção, segurança alimentar e comercialização, um estudo de caso. **Revista Espaço Acadêmico** – n. 192 – Ano XVII, Maio/2017. Disponível em:
<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/33349/19142>
Acesso em: 03 jun. 2021.

RODRIGUES, M. F. F. *et al.* Agricultura orgânica e feira agroecológica como estratégias de complementação de renda em assentamentos rurais da zona da mata paraibana. **Revista Craibeiras de Agroecologia** v. 6, n. 1, p. e11019, 2021. Disponível em:
<https://www.seer.ufal.br/index.php/era/article/view/11019/8346> Acesso em: 24 abr. 2021.

SAMBROSKI, Tarcísio. Ruralidade e Sociedade em Rede. **Revista Exitus**. Santarem – PA, vol. 6. Nº 1, p. 199-210, jan./jun. 2016. Disponível em:
<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/49/49>
Acesso em: 31 mar. 2021.

SANTOS, Milton. O retorno do território. *In*: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A.; SILVEIRA, Maria L., **Território: Globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993.

SAQUET, Marcos A. **Por uma Geografia das Territorialidades e das Temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a concepção e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, Marcelino de; KLEIN, Ângela Luciane. Turismo e Desenvolvimento Rural. *In*: SOUZA, Marcelino de Souza; DOLCI, Tissiane Schmidt (Orgs). **Turismo Rural**: fundamentos e reflexões. Porto Alegre: UFRGS, 2019.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 8, n. 2. Número 15 - outubro 2000. Disponível em:
<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/178> Acesso em: 24 abr. 2021.